

O Jesus Histórico Batista no Brasil do século XIX

Wagner Duduch¹

<http://lattes.cnpq.br/3506371341096701>

RESUMO

O discurso da Igreja Batista sobre as motivações de sua vinda ao Brasil no século XIX e da apresentação fundamental do Jesus Histórico em seu trabalho evangelizador e missionário, via de regra, está centrado na necessidade de salvação às almas perdidas. Agrega-se ainda a este discurso o da primazia desbravadora dos missionários, abrindo caminho não só para uma nova opção religiosa, como também para a imigração de famílias americanas, provenientes do Sul dos Estados Unidos, que viriam a incorporar a ação da Igreja.

Diante disto, procuramos demonstrar através da releitura da historiografia interna da Igreja Batista, que o discurso vigente, além de possuir forte componente ufanista, inverte a ordem dos fatos relativos à ação da Igreja no processo imigratório. Ao contrário, no caso brasileiro, a Igreja veio a reboque das famílias que haviam perdido seu status latifundiário monocultor e escravista no Sul dos Estados Unidos, decorrente da Guerra Civil Americana e, ao olharem para o Brasil, enxergaram a grande oportunidade de recuperar sua riqueza e modo de vida até então existente.

Esta análise procura recolocar em seu devido lugar não só a ordem dos acontecimentos como também as motivações do movimento imigratório e seus principais agentes.

PALAVRAS-CHAVES

Protestantismo, História do Protestantismo, Imigração Protestante, Batistas, História da Igreja

¹ Bacharel em Administração de Empresas e Teologia, Mestre em Educação pela Unicamp, duduch@unicamp.br.

ABSTRACT

The Baptist Church in Brazil, in the 19th c., grounded its mission in interpreting the historical Jesus the true precursor of the Church missionary mission, aiming at saving souls. Furthermore, this new religious interpretation in Brazil was linked to the coming of families from the Southern United States, in the wake of the Civil War. The paper aims at reinterpreting Baptist historiography, with its original laudatory tone. In Brazil though the Church was established as a way of reproducing in Brazil the original slave relations lost in the United States.

KEY-WORDS

protestantism; history of protestantism; protestant immigration; Baptists; Church History.

"Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei". (A BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1989: Mateus 28: 19-20)

A narrativa bíblica de Mateus sobre a ordenança de Jesus aos seus apóstolos em fazer discípulos em todas as nações se tornou o mote das missões de toda a Igreja, desde a Igreja Primitiva até a atualidade.

Para a análise que nos propomos neste estudo de caso, entendemos como sujeitos eclesiais integrantes da Igreja Protestante Batista e de seu movimento imigratório, evangelizador e educativo no Brasil do séc. XIX, não somente os missionários que aportaram no país através de um *board* (Junta Missionária), mas também os fiéis constituídos em famílias, agregados em colônias por sua afinidade religiosa, sendo este o conceito representativo de Igreja que levaremos em consideração. Então caberia perguntarmos como se dá a ordem de chegada e das ações destes sujeitos no Brasil e que interesses os motivaram. Esta questão aparentemente possui uma resposta óbvia, pois, independente da ordem de chegada, parece muito natural, ao falarmos em religiosidade, que a "salvação de

almas” e o conseqüente “fazer discípulos” sejam as motivações principais em jogo, orientadas biblicamente pelo Jesus Histórico. Não obstante, nos arriscaremos a realizar uma análise crítica do movimento histórico de vinda dos batistas ao Brasil, valorizando como método a releitura da historiografia interna da Igreja, formadora de sua ortodoxia e balizadora de seu discurso, que inclui por exemplo as autobiografias de seus missionários, cuja relevância esperamos se apresente por si mesma ao longo do texto. cremos que este acervo nos fornecerá pistas para estabelecer a ordem e os motivos que procuramos, para que possamos validar ou contestar a crença generalizada de que inicialmente o movimento imigratório batista americano no Brasil esteve atrelado à fé e à expansão da Igreja, somente. Uma postura dialética em relação aos fatos históricos também nos será útil nesta busca.

As tentativas de contato de protestantes europeus com o Brasil e a América Latina no período colonial foram pontuais, porém subordinadas a operações comerciais destes países. Temos por exemplo na Venezuela os alemães Welser (1529-1550) e no Brasil os franceses huguenotes (1555-1567), fundadores de uma colônia no Rio de Janeiro com aproximadamente 300 pessoas, com sua posterior dispersão (AZEVEDO, 1980: 53-54). Depois disto, entre os batistas, temos a vinda do primeiro missionário batista em 1859, de nome Thomas Jefferson Bown que, por problemas de saúde, retornou aos Estados Unidos em 1861 (PEREIRA, 1987: 81). Outras seitas protestantes chegaram ao Brasil um pouco mais cedo: os ingleses anglicanos (1810), alemães luteranos (1823), metodistas (1835), congregacionais (1858) e presbiterianos (1862) (PEREIRA, 1987: 81). No ano de 1865, os imigrantes batistas do sul dos Estados Unidos se estabeleceram em Santa Bárbara (Santa Bárbara d’Oeste), em função do fim da Guerra Civil Americana (1861-1865), fundando ali a Igreja de Santa Bárbara em 10 de setembro de 1871 e uma segunda em janeiro de 1879 (PEREIRA, 1987: 81), na localidade chamada *Station* (Estação), alusão à estação da estrada de ferro onde hoje está a cidade de Americana (REILY, 1984: 128). A Igreja Batista reconhece formal e oficialmente como data de início de sua atividade missionária no Brasil, ininterruptamente, o dia 2 de março de 1881, com o casal William Buck Bagby e Anne Luther Bagby, seguidos em 23 de fevereiro de 1882 por Zachery Taylor e Kate Grawford Taylor e em 10 de junho de 1890 por Salomão Ginsburg (GINSBURG, 1970: 46). Estes casais estiveram um pequeno tempo em Santa Bárbara para aperfeiçoamento da língua portuguesa, dirigindo-se depois à “...cidade da Bahia no lugar chamado Canella...” (conforme fac-símile da *Acta Primeira da Secção de Instalação da Primeira Igreja Baptista na Cidade da Bahia*), fundando a *Primeira Igreja Baptista* na Bahia em 15 de outubro de 1882.

Para a Convenção Batista Brasileira esta é a primeira igreja no Brasil, evidenciando que seu conceito de Igreja fica condicionado à atividade missionária de sua fundação reconhecida institucionalmente, diferentemente do conceito que apresentamos no início desse texto, que leva em consideração os fiéis e suas famílias. Sendo assim, as igrejas de Santa Bárbara e Americana, por não terem se interessado pelas atividades missionárias expansionistas, mas apenas pelos serviços religiosos de culto para atendimento das famílias daquelas colônias, não foram contabilizadas formalmente nos anais da Igreja Batista (PEREIRA, 1987: 81) Outro dado a se considerar é o intervalo de dezesseis anos entre a vinda das primeiras famílias agrupadas por afinidade protestante em Santa Bárbara e a chegada dos primeiros missionários. Vale observar que durante este período os batistas destas igrejas realizaram pedidos à Junta Missionária de Richmond para o envio de missionários, isto ocorrendo somente em 1881. Vale observar que desta colônia também faziam parte metodistas e presbiterianos, que dividiam entre si as responsabilidades dos serviços religiosos. Portanto, para os protestantes presentes neste período no Brasil, o Jesus Histórico era interdenominacional e muito mais socializado.

Neste ponto, um recuo histórico nos ajudará a avaliar de modo geral o contexto de vida desses americanos imigrantes em seu país de origem, para então relacioná-la com aquela desenvolvida no Brasil e verificar os interesses aí envolvidos, como nos propusemos.

Estes imigrantes americanos são originários do sul dos Estados Unidos, da segunda metade do século XIX, ocasião em que as tensões políticas internas repousavam sobre o regime escravista ali vigente. O norte, abolicionista e dotado de características desenvolvimentistas industriais, rompia com os interesses do sul, voltado às monoculturas de algodão e suportado pela mão-de-obra escrava negra. O protestantismo se expressava em várias seitas, sendo os batistas um dos maiores subsistemas religiosos da sociedade americana que, além de lidar com as questões de caráter sócio-econômico e político de sua época, era acrescido da discussão interna, de caráter religioso, sobre a escravidão, ponto principal que levaria à divisão da Igreja em duas administrações independentes (norte e sul do país), surgindo assim a Convenção Batista do Sul, em Richmond (Virgínia), orientadora dali em diante das ações dos batistas do sul dos Estados Unidos, cujo órgão responsável pelas missões passou a se chamar Junta de Missões Estrangeiras. Com o advento da Guerra Civil Americana e a vitória do norte abolicionista, desfaz-se o escravismo, levando muitos proprietários de latifúndios a perderem suas terras e a se descapitalizarem. Esta destruição em larga escala pela

guerra das terras cultivadas acarretou prejuízos praticamente irrecuperáveis a estes proprietários, impondo-lhes uma nova ordem para a qual estavam despreparados, o mesmo valendo para o contingente de libertos.

Assim, podemos delimitar um recorte espacial, temporal, sócio-econômico e político para estes sujeitos históricos que imigraram ao Brasil: são os batistas do sul dos EUA, da segunda metade do século XIX, latifundiários da monocultura agrária subsidiada pelo escravismo e defensores de sua manutenção, porém vítimas da súbita perda desta condição de vida.

Uma citação inicial, elucidativa dos motivos prementes da vinda de americanos batistas ao Brasil, se encontra na biografia do casal missionário Bagby, escrita por sua filha Helen:

O trabalho batista no Brasil foi, indiretamente, produto da Guerra Civil dos Estados Unidos. Desanimados com a perda de terra e escravos, como resultado da guerra, algumas centenas de famílias americanas resolveram procurar novos lares no Brasil, aproveitando o convite do Imperador liberal, D. Pedro II. Estabeleceram-se no Estado de São Paulo, numa Vila chamada Santa Bárbara. (HARRISON, 1987: 14)

Na verdade podemos verificar que a Igreja não se constitui como elemento principal deste processo, mas sim a convicção ideológica em relação à escravidão e a ambição expressa desses sujeitos de recuperar o modo de vida perdido no sul dos Estados Unidos, calcado no trinômio terra-escravo-monocultura, evidenciando que estavam em jogo motivos pessoais de outra ordem que não a religiosa. A religião foi apenas um denominador comum de agregação desses colonos imigrantes, que precisavam imperativamente sobreviver às adversidades de uma nova terra e cultura. Vale ressaltar também que o convite de D. Pedro II, imperador de um Brasil de vastas terras e com um regime escravista ainda vigente, se constituía no estímulo necessário para a tentativa de recomposição do modo de vida deixado nos Estados Unidos. Além disto, D. Pedro II adotou uma postura de tolerância em relação ao culto protestante e à permissão para que estas famílias educassem abertamente seus filhos nesta fé. Em contrapartida estes imigrantes eram uma mão-de-obra qualificada de que o Brasil necessitava para um maior impulso em várias áreas de atividades, inclusive no cultivo da terra, que o Imperador entendia como essenciais ao processo civilizatório do país (LÉONARD, 1981: 48). Voltando à idéia dos motivos migratórios, T. B. Ray, secretário associado da Junta de Missões

Estrangeiras (Junta de Richmond), na apresentação da autobiografia do missionário Salomão Ginsburg, comenta que:

... Depois de terminada essa guerra civil, muitas famílias dos nossos Estados do Sul emigraram para o Brasil, na esperança de recuperarem sua fortuna e com o desejo de acharem condições mais favoráveis no Brasil do que tinham cá nos Estados do Sul. (GINSBURG, 1970: 13)

Podemos considerar aproximadamente oito anos desde 1881, data de imigração do casal missionário batista Bagby, até 1888-1889, respectivamente datas da libertação dos escravos e início da Primeira República no Brasil. Neste período, muitos missionários protestantes, além dos batistas, acabaram por defender, direta ou indiretamente, a manutenção do escravismo dentro do modelo produtivo agrário brasileiro. As missões não estimulavam o combate ao escravismo e, muito pelo contrário, por várias vezes os missionários adotaram postura diametralmente oposta, defendendo esta posição (LÉONARD, 1981: 74-79). Até mesmo o Comitê das Igrejas Batistas do Sul dos Estados Unidos se pronunciou do seguinte modo sobre o assunto:

O Brasil tem escravos, e os missionários pela Convenção Batista do Sul não podiam sentir-se constrangidos a combater a escravatura. (CRABTREE, s.d.: 37)

Na verdade esta situação se tornava constrangedora diante do crescente apoio da sociedade à libertação dos escravos, além de representar uma omissão contraditória à mensagem cristã, evangelizadora e igualitária. No campo político este comportamento se apresentava como um elemento de apoio aos que queriam a continuidade da escravidão, e os sujeitos históricos da imigração protestante acabavam por engrossar suas fileiras, mesmo sem que houvesse nenhuma vinculação partidária para isso. Um exemplo pontual desta contradição é a do imigrante batista Major Robert Meriwether, que foi um agente de imigração e posteriormente fazendeiro, tendo-se inicialmente fixado em Santa Bárbara em 1865, a quem se atribui a introdução do arado moderno no Brasil. Meriwether foi convidado a uma demonstração pública no Parque D. Pedro II em São Paulo, a agricultores de várias regiões do país, do uso do arado, surgindo a partir de então os fabricantes deste instrumento (OLIVEIRA, 2005: 40-45). Todavia, encontramos

informações de Meriwether e de outras famílias que caracterizam bem a imbricação entre valores religiosos, valores ideológicos, anseios e práxis, e toda a tensão que carregavam:

... Em Santa Bárbara D'Oeste – Vila Americana – poder-se-ia calcular que vinte por cento das famílias ali estabelecidas compraram fazendas com alguns escravos, ou, para melhor especificar, seus compradores foram as famílias Oliver, Meriwether, Hall, Norris, Whitaker, Ferguson, McFadden, Miller, Lang, Cole, Demart e Britt. Gaston não comprara escravos, e os que os compraram, logo descobriram que as leis e os costumes do Brasil, bem como as lavouras de açúcar e café, às quais o escravo brasileiro estava habituado, não serviam para o novo "Amo" norte-americano e sua cultura de algodão. Muitos escravos fugiam com demasiada facilidade e muitos foram os "Amos" que abandonaram o algodão. (GOLDMAN, 1972: 123)

Como se verifica, não podemos dizer que, na sua prática, todos protestantes de Santa Bárbara D'Oeste, um *mix* de batistas, presbiterianos e metodistas, foram proprietários de escravos, mas, no campo da intencionalidade, os dados apresentados anteriormente nos levam a crer que o apoio ou a indiferença a esta prática predominavam, fruto de sua mentalidade e ideologia histórica americana que encontrou afinidade no Brasil-Colônia.

Os batistas e as demais seitas que vieram ao Brasil, além de contribuir com sua mão-de-obra para processos produtivos diversos, também o fizeram na questão educacional, passando a competir com o sistema educativo católico jesuítico. O projeto educativo incipiente dos batistas se manifestou no plano da educação não escolar e, mais tarde, na instalação de colégios, com cursos regulares e reconhecidos oficialmente.

A evangelização dos missionários aos brasileiros tinha como estratégia a abordagem individualizada ou familiar, com a utilização direta da Bíblia e com a publicação e distribuição de folhetos com mensagens proselitistas, cujos títulos demonstram os assuntos neles tratados: *Um retrato de Maria no Céu* (tradução de Taylor de um folheto americano de Rousel) e *Rrês razões por que deixei a Igreja romana* (escrito pelo ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque) (HARRISON, 1987: 35-39). O interesse das pessoas pelas mensagens contidas nos folhetos era seguido do agendamento de visitas aos lares destas famílias e conseqüente formação de

classes bíblicas de ensino para os novos conversos, que poderia ser na casa do missionário, em um salão de evangelização, ou em uma igreja já formada. O missionário Bagby traduzira, para esta finalidade educativa, *O Catecismo Batista* e começara a escrever uma *História dos batistas*. O missionário Taylor escreve *A Bíblia sobre o batismo e usos da Igreja e Regras de Ordem* (REILY, 1984: 131). O missionário Salomão Ginsburg por sua vez nos apresenta dados que colocamos em um quadro comparativo, relativo ao crescimento das atividades da Igreja como um todo, para o ano de 1910 e 1920 (GINSBURG, 1970: 225-226):

**TABELA COMPARATIVA DO CRESCIMENTO DA IGREJA BATISTA
NO BRASIL: 1910 – 1920**

IGREJA BATISTA NO BRASIL	Ano de 1910	Ano de 1920
Igrejas	142	221
Pontos de pregação	497	820
Membros	9.939	20.135
Escolas Bíblicas Dominicais (EBD)	138	322
Alunos (EBD)	4.438	14.957
Missionários	44	86
Obreiros nativos	117	197

Ginsburg, discorrendo sobre a importância estratégica da Escola Bíblica para o fortalecimento da Igreja, diz:

... .Cada Classe de Escola Bíblica Dominical no Brasil é uma agência de evangelismo. Não somente treinamos nelas os crentes, como há classes especiais para os interessados. Como é na América, assim é nos campos estrangeiros: a Escola Bíblica Dominical fornece à Igreja a maioria dos seus candidatos para o batismo. O mesmo se pode dizer dos Institutos. Ajudam em todos os campos missionários. São cuidadosamente organizados, com programa especial, e o evangelismo é a nota por excelência. ...
(GINSBURG, 1970: 226-227)

Podemos perceber que o modelo de atuação e funcionamento das igrejas protestantes foi reproduzido a partir do americano e que, de um modo geral, ainda

permanece o mesmo na atualidade, ou seja, evangelismo (em várias modalidades, além do pessoal) destinado à conversão e escola bíblica ao treinamento para a nova vida de fé.

Acresce-se a estes o púlpito, momento fundamental do culto protestante. A escola dominical é geralmente dividida em classes por gênero e faixa etária e utiliza um material didático publicado para este fim, ou alguma outra especificidade como uma classe de preparo para o batismo de crentes, uma classe de universitários ou de idosos aposentados, por exemplo. Evidentemente outros elementos como a internet e a mídia televisiva, principalmente, estão sendo devidamente explorados pelas igrejas para seu crescimento, porém a essência daquilo que constitui sua estrutura permanece.

Em outra vertente temos a Igreja Batista desenvolvendo os colégios confessionais no início do séc. XX, fazendo frente ao monopólio da educação jesuítica. Podemos imaginar que, mesmo diante da degeneração do *Orbis Christianus* colonial, o projeto de instalação de colégios de origem protestante ainda se configurava extremamente difícil do ponto de vista da resistência da Igreja Católica. Nesta época a excomunhão de fiéis católicos poderia ocorrer pela simples freqüência a uma igreja protestante; todavia, já havia a possibilidade de seus filhos se matricularem em uma escola protestante sem que houvesse nenhuma sanção da Igreja Católica Romana.

No embate de forças entre os colégios jesuítas e os protestantes, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, devemos lembrar algumas especificidades que nortearam o início deste movimento. Em primeiro lugar estamos tratando de uma concorrência no plano da educação confessional, que na verdade espelha outra maior que é a disputa por fiéis e sobre qual igreja detém superioridade religiosa. Em segundo lugar, como explica Bárbara Freitag, o Brasil-Colônia era baseado em uma infra-estrutura agroexportadora e a escola não cumpria o papel de reproduzir a força de trabalho, proporcionada por escravos, mas seu papel era destinado às classes dos senhores latifundiários, dos administradores portugueses representantes da Coroa e do clero (e neste sentido entendemos que as escolas protestantes atendiam os filhos destes colonos em primeiro lugar). Em terceiro lugar a escola possuía como funções "*a de reprodução das relações de dominação e a de reprodução da ideologia dominante*" (FREITAG, 1980: 46-47), novamente destinada às elites da sociedade local. O Estado brasileiro passa a apresentar uma política voltada à educação mais consistente a partir da Revolução de 1930, com Getúlio Vargas, quando o primeiro Ministério da Educação é criado,

evidentemente se não contarmos a fugaz experiência do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos liderada por Benjamin Constant no início da república.

Apresentamos abaixo em ordem cronológica as iniciativas de instalação de colégios batistas até a década de 1930, muitas delas por esforço individual (MACHADO, 1994: 55-61):

1888: escola no Rio de Janeiro. Curta duração, pois sua fundadora Maggie Rice falece de febre amarela.

1894: escola industrial em Salvador (Bahia). Curta duração.

1895: escola em Campos (RJ). Fundada por Salomão e Emma Ginsburg. Curta duração devido a uma epidemia de varíola.

1898: escola em Belo Horizonte. Fundada por duas jovens americanas. Curta duração devido à migração de trabalhadores para outra cidade.

1898: Colégio Taylor-Egydio em Salvador (Bahia), administrado por D^a. Laura Taylor e transferido em 1922 para a cidade de Jaguaquara. Encontra-se em atividade.

1902: Colégio Batista Brasileiro de São Paulo. Inicialmente de propriedade de Anna Luther Bagby, obteve auxílio da Junta de Richmond após dezessete anos, quando de sua saída.

1905: Colégio Batista Industrial em Corrente, PI.

1906: Colégio Americano Batista do Recife, PE.

1907: Colégio Americano Batista de Vitória, ES.

1908: Colégio Batista Shepard, RJ.

1910: Instituto Batista Fluminense, Friburgo-RJ, transferido em 1914 para Campos-RJ, sob o nome de Colégio Batista Fluminense.

1918: Colégio Batista Mineiro, Belo Horizonte-MG.

1922: Colégio Batista Americano, Maceió

1926: Colégio Batista de Porto Alegre, Porto Alegre-RS.

Os anais da Convenção Batista Brasileira de 1922 registram as linhas para a educação promovida por seus colégios, muitas delas de caráter religioso e evangelístico, porém destacamos as seguintes (MACHADO, 1994: 50-51):

- Preocupação com o analfabetismo, porque ele é o responsável e causador de atraso. Os analfabetos não podem exercer a liberdade e a democracia, nem seus direitos de cidadãos;
- Respeito à liberdade religiosa;

- Seriedade no cumprimento das obrigações do Estado, sem subserviência;
- Metodologia influenciada pelos norte-americanos, dentro do espírito da Escola Nova.

Estas linhas gerais demonstram um compromisso com uma filosofia liberal de atuação no campo da educação, que corresponde às idéias desses sujeitos batistas, aplicadas ao seu modo de vida social e econômico que analisamos até o momento. Vale lembrar que um dos princípios do protestantismo em geral é o respeito às leis e às autoridades políticas constituídas, até o limite de preservação da liberdade religiosa, o que subentende a aceitação e adequação destas instituições às propostas e reformas apresentadas pelos governos nos vários períodos e constituintes, mas isto já não compõe o escopo deste trabalho.

Creemos que este artigo proporcionou seu objetivo principal que é a demonstração, a partir das publicações internas da igreja batista, de que o seu discurso sobre o surgimento dos batistas no Brasil silencia sobre as ambições de natureza econômica, principalmente de seus fiéis colonizadores. A bem da verdade, podemos afirmar que certamente o projeto missionário da igreja batista veio a reboque do projeto de vida das famílias imigrantes e que o estabelecimento da ordem destes fatos históricos poderá contribuir para futuras análises.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a diversos professores que contribuíram de diferentes maneiras para que este artigo se concretizasse: Professor Sérgio Eduardo Montes Castanho, Professor Natanael Gabriel da Silva, Professor Pedro Paulo Funari e Professor André Leonardo Chevitarese. Menciono, ainda, o apoio institucional da Faculdade de Educação da Unicamp, da Faculdade Teológica Batista de Campinas e do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp.

DOCUMENTAÇÃO

Acta Primeira da Secção de Instalação da Primeira Igreja Baptista na Cidade da Bahia (Fac- símile)

BIBLIOGRAFIA

- A Bíblia de Jerusalém.** 4. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- AZEVEDO, Israel Belo. **As Cruzadas inacabadas: introdução à história da Igreja na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Gêmeos, 1980.
- CRABTREE, A. R. e MESQUITA, A. N.. **História dos batistas no Brasil.** v. I. Rio de Janeiro: JUERP, s.d..
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade.** 4. ed. rev. São Paulo: Moraes, 1980.
- GINSBURG, Salomão L. **Um judeu errante no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1970.
- GOLDMAN, Frank P.. **Os pioneiros americanos no Brasil: educadores, sacerdotes, covos e reis.** Tradução de Olívia Krähenbühl. São Paulo: Pioneira, 1972.
- HARRISON, Helen Bagby. **Os Bagby do Brasil: uma contribuição para o estudo dos primórdios batistas em terras brasileiras.** Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1987.
- LÉONARD, Émile-Guillaume. **O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e de história social.** 2. ed.. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP / ASTE, 1981.
- MACHADO, José Nemésio. **A contribuição batista para a educação brasileira.** Rio de Janeiro: JUERP, 1994.
- OLIVEIRA, Betty Antunes de. **Centelha em restolho seco: uma contribuição para a história dos primórdios do trabalho batista no Brasil.** 2. ed.. São Paulo: Vida Nova, 2005.
- PEREIRA, José dos Reis. **Breve história dos batistas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1987.
- REILY, Duncan Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil.** São Paulo: ASTE, 1984.